

Três tratamentos marxianos selecionados sobre a nova relação capitalista de produção: trabalho imaterial, subsunção formal-intelectual e *general intellect*

Samya Campana*

Resumo Apresentamos brevemente neste artigo três tratamentos marxianos selecionados que destacam a transição capitalismo-comunismo a partir da contradição do próprio capital e qualificam que a atual relação capitalista se expressa predominantemente sob uma forma intelectualizada. O objetivo é destacar a confluência, sob estes aspectos, entre esses tratamentos, apesar de serem distintos. Na primeira parte destacamos o tratamento de Michael Hardt e Antonio Negri. Na segunda, enfatizamos o tratamento de Eleutério F. S. Prado e Ruy Fausto. Na terceira, apresentamos o espaço transitório do modo de produção capitalista materializado no e pelo sistema de laboratório, expressando o *general intellect*. Finalmente, tecemos a conclusão.

Palavras-chave trabalho imaterial; subsunção do trabalho; *general intellect*; transição; relação capitalista

Three Marxist treatments selected about a new capitalist relation of production: immaterial labour, formal-intellectual subordination and general intellect

Abstract It is briefly presented in this paper three Marxist treatments selected that highlighted the capitalism-communism transition from the contradiction of the capitalism itself and qualify that the capitalism relation expresses dominantly under an intellectualized way. The objective is to highlight the confluence, under these aspects, among the treatments, despite being distinct. On the first part, it is highlighted the treatment of Michael Hardt and Antonio Negri. On the second part, it is emphasized the treatment of Eleutério F. S. Prado and Ruy Fausto. On the third part, it is presented the transitory space of the capitalist production way materialized on and by the laboratory system, expressing the “general intellect”. Finally, it is commented the discussion.

Keywords immaterial work; work subordination; general intellect; transaction; capitalist relation.

Introdução

* Doutoranda em Educação (UFSC) e Mestra e graduada em Economia (UFSC). Rua Delminda Silveira, 411, bloco. A, apto. 34, Agrônômica, Florianópolis, Santa Catarina. CEP: 88025-500. Email: samyacampana@hotmail.com

Bia Lessa, Robert Musil (2006) em *O homem sem qualidades* - uma espécie de bíblia do homem contemporâneo na literatura - nos apresenta as questões referentes a uma nova sociedade e um novo homem. Nesse contexto de apropriação e consumo de novos conceitos, autor e personagem central nos colocam diante de nosso tempo como espectadores e agentes transformadores, como seres com uma aparente instabilidade e repletos de possibilidade. Para a diretora teatral, a constatação de que a ciência se transformou no grande agente transformador da sociedade, ocupando de certa forma o lugar das artes (e por que não da grande indústria), tomando para si o papel da vanguarda e impulsionando o homem a estabelecer uma nova relação com o mundo, evidencia novos desafios que se situam desde a reformulação ética, com novos princípios, até uma mudança significativa das crenças e dos costumes, antes mesmo da tomada de consciência de uma mudança racional.

Entendemos que compreender esse novo homem e mundo requer atualmente - diferentemente do pressuposto e época de Antonio Gramsci condensado na idéia de que “o pessimismo da inteligência não deve minar o otimismo da vontade” – a perspectiva do otimismo pela razão e não só da vontade. Como é possível hoje nos apropriarmos pelo pensamento da superação do capitalismo e da constituição do socialismo-comunismo? Para muitos, isso parece devaneio de “Alice no País das Maravilhas”; para os poucos que teimam em fazê-lo, parece que até sua rigorosa fé teórica na revolução soa improvável; para alguns, isso até já é fato, advindo da relação de solidariedade entre os homens.

Diante da ampliação da degeneração da sociedade burguesa e do desejo de construir uma nova sociedade, como podemos, sem falsear a crua realidade que nos cerca, ser otimistas nesse início de milênio (AUED, 1996; FAUSTO, 2002)? Partimos da condição de que é possível apreender a lógica, senão a necessidade desta transição, buscando aprofundar o entendimento sobre o movimento¹ do modo como os homens produzem, unidos pela materialidade, transmutando a si mesmos.

Especificamente, o presente artigo se propõe a delinear três abordagens marxianas selecionadas a respeito da transformação em andamento nas (e pelas) forças produtivas sociais do trabalho, ressaltando a nova ontologia da produção, a saber: de Michael Hardt² e Antonio Negri³, de Ruy Fausto⁴ e Eleutério F. S. Prado⁵, e de Idaletto M. Aued⁶ e Samya Campana⁷. O objetivo é evidenciar a confluência em relação à última abordagem, que propomos também com base no de estudo da obra de Karl Marx, e vice-versa. Sendo de interesse expor o fundamento explicativo pertencente à esfera da produção, mas sem desconsiderar a compreensão ampla das distintas abordagens, procuraremos recortar as interpretações teóricas (a) com respeito à transição de um paradigma/modo a outro e (b) no tocante à *transformação qualitativa da relação capital-trabalho* (trabalho imaterial, subsunção formal-intelectual e *general intellect*).

¹ Seja este entendido pela existência de paradigmas, de uma transição ou ainda de uma dinâmica.

² Professor de Literatura da Duke University (EUA).

³ Professor de Filosofia do Colégio Internacional de Paris.

⁴ Professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e professor de filosofia na Universidade Paris 8.

⁵ Professor de Economia da Faculdade de Economia e Administração da USP.

⁶ Professor de Economia nos Programas de Pós-graduação em Sociologia Política e de Geografia da UFSC.

⁷ Professora de Economia e Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC.

A transição paradigmática e o trabalho imaterial de Hardt e Negri

Uma das questões centrais em *Império* (HARDT, NEGRI, 2001) - e nisso reside nossa aproximação em relação a esse referencial, na medida em que se propõe a discutir a categoria de movimento (ou dinâmica) - é o reconhecimento de um *modus operandi* da modernidade e a análise de sua forma de dominação (consubstanciada no que seus autores chamam “paradigma de soberania moderna”), bem como a análise das primeiras articulações de uma nova forma de dominação, a qual corresponde a um novo regime de produção (seria a transição ao comunismo?). Os autores caracterizam “paradigma de soberania moderna” e “paradigma de soberania imperial” em função de distintos *modus operandi*: o primeiro teria sua dinâmica dada pela *crise*; o segundo, pela *onicrise* (ou *corrupção*).

Apreendem o caráter degenerativo das relações sociais decorrente do modo de produção capitalista, tomando-o como ponto de partida para analisar as concepções e deduções materiais do movimento essencial: as relações em situação de *onicrise* engendram sua abolição, apontam ao passado de *crise* como pressuposto que se fez abolido e sinalizam às possibilidades futuras na negação do presente. Explicam como se processa a transição ao definirem o *salto ontológico* (que é o *social*) e *paradigmático* (que é a forma de dominação) *da produção*: o trabalho imaterial. Entretanto, a interpretação apresenta - conforme muitos intérpretes e estudiosos da obra de Marx - exatamente as mesmas características que Hardt e Negri (2001) observam nas correntes com as quais dialogam: vaga e confusa (PRADO, 2003). Sem entrar no âmbito dessa discussão, pensamos que aqui convém evidenciar a especificidade dessa formulação teórica, o que pode auxiliar na sua compreensão e suas possíveis perspectivas.

É fundamental frisar que Hardt e Negri partem de uma perspectiva operáista, de modo que a grande questão que se coloca para eles é dar *novo significado à concepção de revolução*. O contexto vivenciado pelo movimento operário italiano condiz com uma interpretação de essencialidade da “revolução positiva na (composição da) classe operária” e “revolução negativa nas forças produtivas”, já que para eles *a recomposição subjetiva dessa classe não se qualifica como forma e termo*

[...] em função de nenhum papel histórico, de nenhum finalismo político, mas de processos de subjetivação coletiva correlatos, ainda que negativamente, às bases materiais da composição técnica. [sublinhado nosso] [...].

Para entendê-las, é preciso opor à tradição do *rising* (da sua necessária e objetiva emergência) o presente constitutivo do *making* (da sua constituição subjetiva). A classe operária não emerge e não luta porque existe. Ao contrário, existe porque luta, se forma nos concretos acontecimentos, nos quais ela se nega como força de trabalho, e afirma a sua autonomia [...] Em termos mais *operáistas*, isto significa que formação da classe operária é o fato da recomposição política enquanto negação de sua composição técnica (COCCO, 2001, p.17).

Como pesquisadores militantes (*co-inchiesta*) comprometidos com a *causa operária*, é por meados de 1970 que se lhes explicita, principalmente a Negri, um dos primeiros *operáistas* junto com Raniero Panzieri e Mario Tronti, os novos caminhos dos processos de subjetivação operária.

Por um lado, a “autonomia operária” tinha sido estruturada no sindicato de tipo novo (completamente atravessado pelo operáismo) e sobretudo institucionalizada por um aparelho de garantias jurídicas (em particular, pelo *statuto dei lavoratori*) que reconhecia e, poderíamos dizer, “pagava” seu poder. Por outro lado, começavam os investimentos em tecnologias de automação, bem como os primeiros elementos dos processos de externalização e descentralização produtivas (COCCO, 2001, p.19).

Para dar conta das transformações do regime de acumulação “flexível” ou pós-fordista (a partir de 1973-74) (com sobressalência da nova subjetividade posta), a resposta desses autores tem como ponto de partida as mudanças que caracterizam os conflitos de classe nessa época, exprimindo o movimento real da ação da classe operária (observado em vários países).

Por um lado, o cerne de suas análises rumou para *as dimensões técnicas e políticas do operariado* porque, de fato, a classe operária passou *realmente* a se construir como um “movimento operário de tecno-burocratas”; por outro lado – e em contraposição às análises sociológicas da “dualização”⁸ (para Hardt e Negri, parcialmente corretas) –, apreenderam a nova “composição de classe” como *superior*, o que os levou a desenvolver a idéia do “operário social”. Considerando esse entendimento, *as contradições entre trabalhadores e o novo regime de acumulação* passaram a ser determinadas em face dos “adeuses gorzianos” ao proletariado, e, ao mesmo tempo, da sinalização de sua centralidade (sob outro prisma) (COCCO, 2001, p.20).

Foi esse “pano de fundo”, no geral e brevíssimamente aqui descrito, que permitiu a Hardt e Negri perceber a existência de dois paradigmas cuja transição de um para outro ocorre de forma paradoxal. Ao passo que o *paradigma de soberania moderna* é apresentado como *crise*⁹, o *paradigma de soberania imperial*, - que tem como uma de suas características, por exemplo, a configuração de um “novo registro de autoridade jurídica e um novo projeto de produção de normas e de instrumentos legais de coerção” -, é apresentado como *corrupção*.

Essa terminologia pode ser facilmente mal-entendida. É importante deixar claro que não pretendemos, de forma alguma, que nossa definição de soberania imperial como corrupção seja uma acusação moral. Na forma como é usada, contemporânea e moderna, a corrupção de fato se tornou um pobre conceito para nossos objetivos. Ela agora se refere, geralmente, apenas ao perverso, ao

⁸ “Elas apontam a emergência de ‘duas sociedades’ do trabalho; uma constituída pelos trabalhadores das seções centrais da produção (das grandes fábricas); a outra, pelos trabalhadores envolvidos nos diferentes *gironi* da descentralização, da externalização e das formas emergentes de trabalho precário destinadas às novas gerações produzidas pela escolarização massiva - a primeira seção continua a ser ‘garantida’, ou seja, protegida pela legislação trabalhista e pelos dispositivos de *welfare* e a segunda sendo, ao contrário, destinada a um regime cada vez mais competitivo, excluídas das seguranças do *welfare*. [...] Fenomenologicamente corretas pela apreensão das contradições internas às forças de trabalho, essas últimas apareciam completamente ineficazes para a determinação das contradições entre trabalhadores e o novo regime de acumulação” (LAZZARATTO, NEGRI, 2001, p.20).

⁹ “[...] desenvolvemos a noção de soberania moderna como crise: uma crise definida no conflito contínuo entre, de um lado, o plano de forças imanentes de desejo e cooperação da multidão e, de outro, a autoridade transcendente que busca conter essas forças e impor uma ordem. Agora podemos ver que a soberania imperial, em comparação, é organizada não em torno de um conflito central, mas através de uma rede flexível de microconflitos. As contradições da sociedade imperial são imprecisas, não localizáveis e ficam proliferando: estão em toda parte. Mais do que a crise, portanto, o conceito que define a soberania imperial pode ser a onicrise, ou, como preferimos, corrupção [...]” (HARDT, NEGRI, 2001, p.220-221).

que se desvia do que é correto, bom e puro. Queremos que esse conceito se refira, de preferência, a um processo mais geral de decomposição ou mutação, sem qualquer implicação moral, tirado de um uso antigo que quase se perdeu completamente. Aristóteles, por exemplo, entendia a corrupção como uma formação de corpos que é um processo complementar da geração. Podemos pensar na corrupção, portanto, como de-geração - um processo reverso da geração e composição, um momento de metamorfose que potencialmente liberta espaços para mudança. [...] Afirmar que a soberania imperial é definida por corrupção significa, de um lado, que o Império é impuro ou híbrido e, de outro, que o governo imperial funciona sucumbindo. [...] A sociedade imperial está sempre e em toda parte sucumbindo, mas isso não quer dizer que esteja necessariamente rumando para a ruína. Assim como a crise da modernidade em nossa caracterização não aponta para um colapso iminente ou necessário, a corrupção do Império não indica uma teleologia ou um fim à vista. [...] Da mesma maneira, a corrupção não é uma aberração da soberania imperial, mas sua própria essência e seu *modus operandi*. (HARDT, NEGRI, 2001, p.221/222)

Conforme a passagem, a *corrupção do modo* é entendida aristotelicamente: *ao processo de formação de corpos* (geração) *corresponde* (no nível descendente) *o processo de decomposição ou degeneração*. Nesse sentido, a *corrupção* como *de-geração* tem um significado mais profundo do que *crise*, porque, na medida em que as contradições da sociedade imperial *são imprecisas, não localizáveis e ficam proliferando, isto é, estão em toda parte* - se trata de entender que o *Império* funciona sucumbindo -, *potencialmente liberta espaços para mudança* (HARDT; NEGRI, 2001).

Assim, a transição de Hardt e Negri não é exatamente de “um modo de produção a outro”, mas de um *paradigma a outro*. As características da transitoriedade no primeiro momento (*soberania moderna* para a *soberania imperial*) se expressam como *crise* e, no segundo momento (*soberania imperial*), contraposto à “potencialidade de um tipo de comunismo espontâneo e elementar” (HARDT, NEGRI 2001, p.315), se expressam como *corrupção* (ou *onicrise*), seu próprio *modus operandi*.

Isso porque, em essência, para Hardt e Negri, “[...] a crise é para o capital uma condição normal que indica não o seu fim, mas sua tendência e seu modo de operar”¹⁰ e “a construção do imperialismo pelo capital, e sua marcha para além dele, são dados do complexo jogo entre limites e barreiras” [sublinhado nosso] (HARDT, NEGRI, 2001, p.242).¹¹

Essa perspectiva, dada pelo *salto ontológico* (da produção social) e *paradigmático* (isto é, a nova forma de dominação biopolítica), se apresenta nos termos da *nova natureza do trabalho produtivo: general intellect e trabalho imaterial*. Vejamos rapidamente de que modo inferem essa possibilidade.

¹⁰ “O caráter indócil do capital constitui o ponto de crise sempre presente, que diz respeito à essência do próprio capital: a expansão constante é sua tentativa inadequada, mas necessária para matar uma sede insaciável” (HARDT; NEGRI, 2001, p.242).

¹¹ A questão dos *limites* e das *barreiras* é tratada na Parte 3 “Transições da Produção”, especialmente nos itens “Os limites do Imperialismo” e “A necessidade de um Exterior” de seu livro *Império*, sendo interpretada como uma relação entre as *fronteiras do interior e do exterior do capital*.

Seu fundamento teórico para designar um novo regime de produção é concebido a partir da concepção de Deleuze e Guattari (*apud* HARDT, NEGRI, 2001) a respeito da *produção da vida*, porém com algumas ressalvas, porque Hardt e Negri a *desenvolvem positivamente*¹², isto é, como substanciais e potentes (e não *como um regime de produção caótico e indeterminado*, marcados por um evento alcançável) os elementos criativos e a ontologia radical da produção social (outrora “*somente concebidos*”, por Deleuze e Guattari), procurando estabelecer uma articulação *profunda e permanente* (HARDT, NEGRI, 2001).

Assim, a formulação de Hardt e Negri do *trabalho imaterial* tem como pressuposto a *transformação* (evidente no curso da década de 1970) *atribuída à constituição de uma força de trabalho social e autônoma* capaz de organizar o próprio trabalho e as próprias relações com a empresa. Isso porque “nenhuma organização científica do trabalho pode determinar esta capacidade e a capacidade produtiva social” (LAZZARATTO, NEGRI, 2001, p.27).

Aqui está o salto teórico dos autores, ao estabelecerem que a força social está *no movimento da classe em sua subjetividade*, porque essa força é superior às predeterminações do trabalho (ela determina o trabalho, mas este não pode predeterminar aquela). Onde reside a possibilidade de superar a alienação posta - por isso sua preocupação é verificar de que forma a “*intelectualidade de massa*” (o *general intellect*) pode se transformar em um sujeito social e politicamente hegemônico.

A nova natureza do trabalho produtivo e de seu desenvolvimento é, deste modo, reconhecida usando-se termos como “*intelectualidade de massa*”, “*trabalho imaterial*” e “*intelecto geral*”. Contudo, “para compreender concretamente as relações dinâmicas e criativas entre a produção material e a reprodução social”, não basta *des-cobrir* as novas formas de forças produtivas (por exemplo, “*trabalho imaterial*”, “*trabalho intelectual massificado*” e trabalho de “*intelecto geral*”), mas é preciso, em última instância, *descobrir a concreta subjetividade* do movimento da classe *que determina o trabalho* (HARDT; NEGRI, 2001, p.41,48).

Por isso, a ontologia da produção está marcada, para Hardt e Negri, por:

[...] três aspectos primários do trabalho imaterial na economia contemporânea: o trabalho comunicativo de produção industrial que recentemente se tornou ligado a redes de informação, o trabalho interativo de análise simbólica de resolução de problemas, e o trabalho de produção e manipulação de afetos. Esse terceiro aspecto, com foco na produtividade do corpóreo, do somático, é o elemento sobretudo importante nas redes contemporâneas de produção biopolítica. [sublinhado nosso] (HARDT, NEGRI, 2001, p.49)

As figuras do trabalho imaterial (envolvidas em comunicação, cooperação, dedicação e reprodução de cuidados) *ocupam posição central tanto nos esquemas de produção capitalista*

¹² O termo “positivamente” tem o significado de expressar *aquilo que é* em diferenciação *àquilo que não é* (que seria a negatividade). Inferimos essa conclusão (do significado exato utilizado pelos autores bem como das suas variantes) ao ler dos autores que “devemos evitar definir a transição para o Império em termos puramente negativos, em termos do que ele não é [...]. Se o novo paradigma consistisse simplesmente nisso, suas conseqüências seriam verdadeiramente anárquicas. [...] O novo paradigma já funciona em termos inteiramente positivos - e não poderia ser de outra forma. O novo paradigma é ao mesmo tempo sistema e hierarquia, construção centralizada de normas de produção de legitimidade de grande alcance, espalhada pelo espaço mundial” (HARDT; NEGRI, 2001, p.41).

como de composição do proletariado, pois todas “[...] são, de certo modo, sujeitas à disciplina capitalista e às relações capitalistas de produção” (HARDT, NEGRI, 2001, p.72).

Uma das evidências dessa mudança são as alterações quantitativas no emprego e suas migrações: o processo de pós-modernização, que tem se manifestado pela migração da indústria (setor secundário) para os serviços (setor terciário), o que vem ocorrendo desde o início da década de 1970 nos países centrais.

Serviços incluem uma vasta gama de atividades, de assistência médica, educação e finanças a transportes, diversão e publicidade. Os empregos são em sua maioria altamente movediços, e envolvem flexibilidade de aptidões. Mais importante, são caracterizados em geral pelo papel central desempenhado por conhecimento, informação, afeto e comunicação (HARDT, NEGRI, 2001, p.306).

A preponderância do setor de serviços não significa que os outros setores serão descartados ou que deixarão de ter importância, mas que a revolução da informação transforma a indústria e a agricultura, redefinindo e rejuvenescendo o processo de fabricação (HARDT, NEGRI, 2001, p.307).

Portanto, por observarem concretamente (empiricamente) que “o papel central previamente ocupado pela força de trabalho dos operários de fábrica (na produção de mais-valia) está sendo preenchido, cada vez mais, por força de trabalho intelectual, imaterial e comunicativa” (HARDT; NEGRI, 2001, p.48) e por buscarem uma ontologia radical que (re)valorize a subjetividade do movimento operário, deduzem com complexidade teórica (que aqui foi recortada) o conteúdo “imaterial” do trabalho.

Limitações da conceituação de trabalho imaterial (de Hardt e Negri) por Eleutério F. S. Prado e a nova forma de subsunção do trabalho ao capital de Ruy Fausto

Prado (2003) empreende crítica a Hardt e Negri precisamente na conceituação de trabalho imaterial, porque em síntese, conforme esse autor, Hardt e Negri entendem trabalho imaterial como vinculado ao trabalho que produz bens e utilidades relacionados ao setor terciário (serviços, produtos culturais, conhecimentos ou comunicação, atividades) ao invés de o vincularem ao trabalho abstrato entendido como a substância do valor.

Segundo Marx (*apud* PRADO, 2003) o serviço é apenas uma designação para o valor de uso que é útil como atividade (ao invés de ser útil como “coisa”), porque o valor de uso pode ser material ou imaterial. “No primeiro caso, o caráter de útil advém de propriedades associadas à própria materialidade do resultado do trabalho e, no segundo caso, esse caráter depende do conteúdo informacional e cultural desse resultado” (PRADO, 2003, p.110). Para Prado (2003), as noções de *bem* (para uma “coisa”) e *serviço* (para uma atividade) classificam os *valores de uso*, mas não contribuem para a compreensão do capitalismo como tal.

Conforme Prado (2003):

a distinção entre trabalho que produz valores de uso materiais ou imateriais, ademais, é importante para entender um problema que surge na expressão da contradição interna à mercadoria entre valor de uso e valor de troca por meio da contradição externa a ela entre valor de uso e valor de troca. De início, na exposição de Marx, o valor é um quantum de tempo de trabalho abstrato; a forma do valor ou valor de troca estabelece uma relação de medida entre valores de uso distintos. Essa relação, pois, está fundada no tempo de trabalho. Assim, toda a riqueza no modo de produção capitalista tem de poder ser medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Entretanto, se uma parte importante do trabalho social se torna trabalho espiritual, intelectual, moral ou artístico, do processo de trabalho e do processo de produção resultam valores de uso que não podem ser quantificados, para efeito de troca, apenas com base no tempo trabalho. Em consequência, os valores de troca passarão a depender também dos diferenciais de qualidade postos pelo trabalho durante o tempo de trabalho. (PRADO, 2003, p.111-112)

Deste modo, a existência do problema de quantificação (pelo tempo de trabalho socialmente necessário) de valores de uso que procedem de uma parcela significativa do trabalho social configurado espiritual, intelectual, moral ou artístico não constitui, para Prado (2003), boa razão para rejeitar o trabalho como categoria chave nem para modificar a teoria do valor de Marx, porque essa teoria:

prevê a própria vicissitude do valor numa fase avançada de desenvolvimento do capitalismo, quando o trabalho, de modo importante, passa a produzir valores de uso imateriais, quando os trabalhos concretos não podem mais ser reduzidos simplesmente a trabalho abstrato e quando os serviços assumem amplamente a forma mercadoria (PRADO, 2003, p.112).

Enfatiza Prado (2003), ainda, o conceito de trabalho abstrato em Hardt e Negri não é o mesmo de Marx.

Antes de tudo, porque trabalho abstrato em Marx não é trabalho em geral, ou seja, o gênero e muitos trabalhos concretos, mas trabalhos concretos reduzidos a trabalho abstrato. Hardt e Negri tratam o trabalho abstrato no registro da abstração subjetiva, portanto como gênero: “só quando abstraídas..., as atividades laborais poderiam ser reunidas e vistas...”. Mas, de modo amplo, qual seria a qualidade comum que define tal gênero? Eles o dizem, o gasto de força humana. Ao passo que Marx o faz no registro da abstração objetiva: “Um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato” (PRADO, 2003, p.112-113).

Por isso, o sentido da caracterização da transformação na produção capitalista para Hardt e Negri - assentada no *caráter concreto do trabalho* - advém de sua compreensão do *trabalho abstrato* como gênero, ou seja, como dispêndio de energia humana (PRADO, 2003). Por isso:

o empenho de corpos, músculos, cérebros etc. ganhou historicamente uma qualidade especial que o faz ter uma dimensão técnica e científica. É imaterial porque produz serviços e não bens. É abstrato porque vem a ser bem genérico, aplicável em muitas situações. É complexo porque requer muitas qualificações. É cooperativo porque exige sempre muitas interações. É intelectual porque depende especialmente da capacidade de raciocínio do cérebro humano (PRADO, 2003, p.114).

Para Prado (2003), não podemos discutir a questão da produtividade do trabalho no capitalismo sem distinguir as formas que as relações sociais (que lhes são inerentes) assumem. Contudo, não se pode esquecer que essas relações se dão por meio das coisas/formas, as quais não são mais do que depositárias materiais das determinações formais.

Qual seria, então, a maneira adequada de tratar a transformação da produção capitalista? Há que se pensá-la, segundo Prado (2003), fundamentalmente a partir da compreensão do *trabalho abstrato*, no registro da abstração objetiva (como trabalhos humanos - que produzem valores de uso como mercadorias - e que se encontram objetivamente comensurados entre si no processo social), e não no registro da abstração subjetiva (como gênero do dispêndio de energia humana).

Em contraposição à conceituação de Hardt e Negri, - no que se refere à noção de trabalho imaterial e, por conseguinte, à caracterização das épocas por meio do trabalho concreto (a saber, trabalho que produz produtos naturais, trabalho que produz produtos industriais e trabalho que produz serviços) e ao tratamento das relações de poder a esses aspectos inerentes como “paradigmas” -, Prado (2003) adota a análise retomada por Fausto (2002) de Karl Marx, da subsunção do trabalho ao capital ao longo da história do capitalismo: de que a manufatura (subsunção formal), a grande indústria (subsunção formal e material; por isso, real) e a pós-grande indústria (subsunção formal intelectual) mantêm entre si relações de gênese lógica e que foram se sucedendo na “história interna” do capitalismo.

O motor desse processo vem a ser a luta constante entre o capital e o trabalho, numa polarização em que o primeiro busca constantemente aumentar a taxa de mais valia absoluta e relativa e o segundo, individual e coletivamente, procura resistir à exploração. Sob o impulso do movimento de auto-valorização do capital, por intermédio da concorrência entre capitais particulares, é pela via da penetração da ciência e da tecnologia nos processos de produção que se definem as transformações e a trajetória histórica do modo de produção (PRADO, 2003, p.120).

Essas três formas têm como base o entendimento de *desenvolvimento histórico* (FAUSTO, 1987). Nesse sentido, a história, no que se poderia considerar como as “melhores” versões no *corpus* marxiano, não aparece como unidade: há antes histórias do que história.

Cada modo de produção tem sua história própria, e um “mecanismo” interno e diferenciado que leva à sua própria dissolução. Há uma necessidade interna dos modos de produção. Entre os modos, há períodos de transição. Nestes a necessidade é progressivamente constituída, a partir de processos em que existe mais contingência do que necessidade, mesmo se a partir de pressupostos

dados pelos elementos liberados pela dissolução das formas anteriores. Só se tem unidade da história sob a forma pressuposta (em sentido dialético, não como fundamentos das histórias postas, mas como “fio” que as liga num discurso “segundo”), seja esse fio caracterizado como pré-história, história da exploração (excluindo um eventual momento inicial comunitário), ou história natural (FAUSTO, 2002, p.13).

É preciso distinguir teoricamente (a) os processos pós-histórico e pré-histórico de um modo de produção, respectivamente, seu *processo de constituição* - isto é, aquele que conduz à forma constituída (a ser distinguido do processo de “desenvolvimento”) - e seu *processo de decomposição* - que seriam em realidade *externos* a esse modo e (b) os processos de “desenvolvimento” e de “corrupção” que seriam *interiores* à forma constituída (históricos, portanto) (FAUSTO, 1987, p.94).

Com relação ao primeiro tipo de processo, Fausto (1987) entende que novos modos de produção não nascem no interior dos modos anteriores, mas *a partir* de elementos liberados pela destruição dos modos anteriores. O que existe é o processo de “incubação” das novas condições materiais, a gênese das novas condições materiais, no interior do modo antigo.

Com relação ao segundo tipo de processo - a saber, a “história interna” de um modo de produção (que é um processo que representa a passagem da *contingência à necessidade*) -, Fausto (2002) afirma que Marx, além de identificar dois momentos do capitalismo - manufatura e grande indústria -, esboçou uma terceira forma na obra dos *Grundrisse* - que Fausto chama de “pós grande indústria”, considerando-a como *a terceira fase e forma do capitalismo* através de uma “*continuação da necessidade no interior*” da sociedade encontrada em *O Capital* (FAUSTO, 2002, p.165-166).

A origem da pós-grande indústria e da correspondente subsunção forma-intelectual do trabalho ao capital são projeções de Marx por Fausto (2002) na medida em que esse autor, objetivando estudar as lógicas de história encontradas no *corpus* marxiano, analisou os modelos encontrados no a) *Manifesto Comunista e Ideologia Alemã*, b) *Grundrisse* e *O Capital* e c) *Manuscritos de 1844*. Especificamente, essa terceira fase, sintetizada por “pós-grande indústria”, é pesquisada por Fausto (2002) considerando que em *O Capital* analisara “certas modificações *formais* que ocorriam no capitalismo do seu tempo, sem que, entretanto, [ele] se pusesse a refletir sobre as mutações essenciais por que passaria o processo *material* de produção” (FAUSTO, 2002, p.128). Já os *Grundrisse* refletem sobre as modificações pelas quais deve passar o sistema capitalista em seu desenvolvimento, “modificações que introduzem, sem dúvida, uma ruptura qualitativa. Mas o texto não caracteriza de uma forma bem clara essa ruptura enquanto ruptura” (FAUSTO, 2002, p.128). Em função de as negações do sistema que aparecem nos *Grundrisse* não serem apresentadas como constituindo uma terceira forma para além da manufatura e da grande indústria, Fausto (2002) elabora essa terceira forma com conceitos análogos ao que Marx utilizou para a primeira (manufatura) e a segunda forma (grande indústria).

A pós-grande indústria “é ao mesmo tempo a segunda negação do processo de trabalho como princípio do processo de produção, e a segunda posição do capital no processo material de produção”, donde a massa de tempo de trabalho imediato - que até a grande indústria era o elemento decisivo - deixar de ser a “medida do movimento” (FAUSTO, 2002, p.129). “Temos assim”, diz Fausto,

um “poder” que escapa do *tempo* como medida. O “valor” passa a ser qualitativo, e nesse sentido a “riqueza efetiva” não é mais valor (trabalho abstrato cristalizado, medido pelo tempo), mas “valor negado”. [...] A riqueza efetiva não é mais proporcional ao tempo de trabalho. Há desproporção entre eles, e desproporção qualitativa. Que significa uma “desproporção qualitativa”? Um elemento tem um peso “maior” do que o outro, sem que este “maior” possa ser medido pelo tempo, o medido em geral. O processo de trabalho é agora essencialmente processo de produção (FAUSTO, 2002, p.130).

Por que a pós-grande indústria é a segunda negação do processo de trabalho? Porque não é mais o trabalhador que intercala, como membro intermediário, o *objeto natural modificado*; agora, o trabalhador intercala, como intermediário, o *processo natural* que ele transforma em *processo industrial*. O “médio não é mais ‘instrumento’, nem ‘objeto natural modificado’, isto é, objeto artificial, e sim *processo natural* que se tornou processo industrial” (FAUSTO, 2002, p.130).

Porém isso não significa apenas dizer - segundo Fausto (2002) - que o processo de produção depende da ciência (porque esse já era o caso para a grande indústria), mas que o trabalho deixa de ser a fonte da riqueza: a pós-grande indústria revela a base primeira do sistema, o “roubo do tempo de trabalho”, e “isso ocorre quando o processo material de produção já se modificou. [Quando] ele deixou de ser o lugar da necessidade. A oposição que desaparece é a dos indivíduos reduzidos a apêndices dos meios de trabalho no processo material de produção” (FAUSTO, 2002, p.131).

Afirmar que agora a *apropriação do objeto* se faz pela *compreensão do objeto*, posto que a produção é dependente da ciência, significa negativamente ir além do objeto artificial, da artificialidade que caracteriza o universo do capitalismo da grande indústria, porque o que se tem com a pós-grande indústria é:

a interiorização e objetivação de processos naturais. E sendo a interiorização intelectualização do objeto, a objetivação é posição do intelecto geral. [...] A compreensão da natureza está objetivada nas novas máquinas. Se na grande indústria o capital valia-se da ciência para adequar a matéria aos seus fins, ele é levado a fazê-lo uma segunda vez, trabalhando para a sua própria dissolução como forma que domina a produção. A ciência, que é forma material do capital, é posta uma segunda vez. E agora a posição é de tal ordem que a matéria, o esqueleto material enquanto tal, torna-se simples suporte da ciência. Nesse sentido, essa posição é muito diferente da primeira [...] Aqui não há mais encarnação, porque a forma excede a matéria. A forma (sempre a forma material) reduz a matéria (a matéria material) a suporte [sublinhado nosso] (FAUSTO, 2002, p.134).

Assim, já não se tem um objeto artificial como na grande indústria, mas uma “espécie de objeto intelectual ou espiritual: é o *logos* - mas o *logos* da natureza assimilado pelo intelecto - que é posto no processo de produção” (FAUSTO, 2002, p.134). A relação entre *trabalho vivo* e *trabalho morto* é relativizada, pois a máquina passa a ser “[...] uma espécie de força de trabalho (intelectual), no sentido de que ela não necessita mais (quase) nenhum trabalho para ser vivificada. O autômato é agora autômato *espiritual*, não simples autômato ‘vivo’” (FAUSTO, 2002, p.135).

No que diz respeito à *posição do capital no processo material de produção*, a oposição que surge agora opõe a forma à matéria do capital: “a adequação material do capital é posta em cheque como que por excesso de adequação” (FAUSTO, 2002, p.131).

Convém assinalar que os *Grundrisse* nos põem diante do mesmo movimento contraditório do capital analisado em *O Capital*¹³,

só que eles [os Grundrisse] consideram não os efeitos formais imediatos de uma mecanização crescente [como *O capital*], mas os efeitos materiais - que, entretanto, anunciam revoluções formais - de uma mecanização que transfigurou a relação da ciência para com a produção [sublinhado nosso].

Estamos, assim, diante de uma verdadeira transformação [...] do processo produtivo, de uma mutação tecnológica, e os efeitos formais considerados não atingem apenas o nível, que é afinal fenomênico, da taxa de lucro, mas os “fundamentos” do sistema. A mutação tecnológica não produz contradições internas no sistema, ele provoca a explosão de suas bases. O resultado é a revelação do que é a “verdadeira riqueza” (FAUSTO, 2002, p.132).

Deste modo, na pós-grande indústria, a ciência *como* ciência se objetiva na matéria. Temos

[...] uma espécie de posição na matéria da forma enquanto forma. É a forma como tal - mas, atenção, trata-se aqui da forma material, da ciência, não da forma formal, o capital (que já era e continua sendo posta) - que agora é posta na matéria (FAUSTO, 2002, p.134) [:]

[...]

no momento que a forma material se adequa inteiramente à matéria, no sentido de que ela a domina inteiramente, a forma (formal) enquanto tal, isto é o capital, á não se adequa mais à matéria (à forma material mais a matéria material). A posição plena material, pelo próprio fato de que ela é plena, já não sirva mais à forma enquanto tal. A forma material passa a servir a si própria em vez de servir à forma formal. Esta última, o capital, funciona assim como aprendiz de feiticeiro. Ela utiliza uma “alma material” que se volta contra ela. [...] É como se o capital, processo quase-vivo, se perdesse, no momento em que ele mobiliza o *espírito* enquanto tal. [sublinhado nosso] (FAUSTO, 2002, p.135)

O capital que é uma alma apetitiva, que tem fome devoradora de trabalho alheio, se apossa do “intelecto”, mas acaba sendo dominado por ele (FAUSTO, 2002). Há na pós-grande indústria,

¹³ Segundo Fausto “em *O Capital*, a contradição consiste em que o desenvolvimento do sistema (desenvolvimento que só pode se fazer pela substituição crescente da força de trabalho pela maquinaria), ao aumentar a composição orgânica *c/v*, tem como resultado, já que a mais-valia vem de *v* (e supostas certas condições), a redução da taxa de lucro *Pl/C*. O sistema iria à ruína, porque a sua finalidade é acumular mais-valia, e, se a taxa de lucro for muito baixa, cai o estímulo (objetivo e subjetivo) para que a acumulação prossiga” (FAUSTO, 2002, p.132).

por um lado, uma segunda negação do processo de produção (enquanto processo de trabalho) - que é também uma *negação da negação* “porque se nega com ela a condição [somente material] de portador-*apêndice* que fora posta pela segunda forma, a grande indústria” (FAUSTO, 2002, p.132) - e ao mesmo tempo uma *segunda posição da forma na matéria* - que seria não adequada ao capital. Entretanto, com a pós-grande indústria, “a condição de portador, no nível formal, ainda não é negada”, diz Fausto (2002, p.133). Haveria, pois, uma *subordinação formal-intelectual*, porque o trabalhador “[...] é de certo modo *servidor* do novo mecanismo, que é um autômato espiritual” (FAUSTO, 2002, p.136). Não haveria mais oposição entre o indivíduo e o processo material nos termos em que existia na grande indústria, pois agora a oposição tem um sentido novo: “[...] a matéria, e em particular a ‘forma material’, *comanda o processo*. *É como se a forma material exigisse uma posição adequada na forma*. [e] O capital é inadequado a esse novo processo material de produção” (FAUSTO, 2002, p.135-136). É com esse sentido que, para Fausto (2002, p.135), o processo de trabalho perde completamente o seu caráter de processo de trabalho, o que o leva a admitir a condição da pós-grande indústria como sendo aquela em que a riqueza é produzida pelo *não-trabalho* num duplo sentido.

Em primeiro lugar, a riqueza material já não depende essencialmente do trabalho [nos termos da grande indústria]. Em segundo lugar, a riqueza passa a ser essencialmente a ciência (a arte, etc), e esta é produzida no tempo de não-trabalho. O trabalho era a substância da riqueza abstrata. A matéria (mas matéria substancial) da riqueza concreta era a natureza (o trabalho concreto só modificava a forma). [...] Agora a substância da forma não é mais o trabalho, mas o não-trabalho (é a ciência que cria “valor”). Porém, enquanto “não-trabalho” concreto, a (nova) ciência fará mais do que modificar a forma dos objetos naturais [sublinhado nosso] (FAUSTO, 2002, p.137).

O *tempo de não-trabalho* é, portanto, a substância da riqueza, e a riqueza aparece do lado do tempo livre: “o tempo de não-trabalho é a medida da riqueza enquanto riqueza *objetiva*, e ela é tempo livre enquanto riqueza *subjetiva*” (FAUSTO, 2002, p.138). Se o capital acrescenta o uso “da arte e da ciência”, porque sua finalidade posta é criar valor e apropriar trabalho excedente, com isso ele contribui a reduzir tempo de trabalho a um mínimo e a tornar livre o tempo de todos. Mas essa criação do tempo de não-trabalho aparece do ponto de vista do capital como *não-tempo de trabalho, tempo livre para alguns* (FAUSTO, 2002).

Como se resolve essa contradição entre um aumento de “tempo livre” - tempo de não-trabalho - e apropriação do excedente? Segundo Fausto (2002) o desenvolvimento da contradição torna evidente que não se pode mais ficar nos limites da apropriação do trabalho excedente e que a própria massa dos trabalhadores deve se apropriar dela. Se os trabalhadores o fizerem, o *tempo livre* deixará de ter existência contraditória, e o tempo de trabalho necessário terá sua medida nas necessidades do indivíduo social, e o desenvolvimento da força produtiva social crescerá tão rapidamente que o *tempo disponível* de todos crescerá também (FAUSTO, 2002).

Espaço transitório: sistema de laboratório e *general intellect*

Nossa discussão e análise sobre a constituição do espaço transitório do capitalismo ao socialismo tem se mostrado possível a partir da teoria marxista da alienação e do desenvolvimento das forças e relações sociais de produção. Nosso procedimento investigativo tem tido por norte a idéia de que a pré-condição do comunismo é dada pelo capitalismo, não sendo, portanto, uma necessidade histórica do escravagismo ou do feudalismo (AUED, 2004, FAUSTO, 1987).

Se isso significa entender que os pressupostos do modo de produção comunista advêm da negação do modo de produção capitalista, especificamente de dentro dele, levantamos a seguinte questão: quais os elementos postos hoje, engendrados pelo modo de produção de produção capitalista que são necessários à constituição da sociedade comunista? Diversas são as possibilidades de recortes (a partir do estudo dos movimentos sociais, da educação, economia, das relações de trabalho, de poder, etc.), mas aqui, contudo, enfocamos somente as características gerais da nova ontologia da relação social de produção capitalista.

Nosso procedimento tem como suposto a idéia de que a plenitude da existência do modo de produção capitalista (ou o momento em que todos os seus elementos estão aflorados) é atingida(o) universalmente (porém ainda não em sua totalidade porque não em todos os espaços) por volta de 1825, na Inglaterra, quando da primeira crise (comercial) burguesa (AUED, 2002). A partir de então, não há nada que crie e que o caracterize como algo novo para além das relações capital-constante, capital-variável e mais-valia, abrindo-se, no campo da teoria econômica, a época da “economia vulgar”. Admitimos que há, sim, grosso modo, a expansão e a predominância da mais-valia absoluta entre os inícios do capitalismo (séculos XV-XVI) até 1825 e a expansão e a predominância da mais-valia relativa de 1825 em diante. Não obstante, isso tem que ser distinguido dentro da nossa suposição qualitativa que considera 1825 como o marco divisor entre a *constituição* e a *decomposição* do modo de produção capitalista, categorias aludidas por Fausto (1987).

Nosso segundo suposto é a idéia de que a virtuosidade da sociedade burguesa é sua característica fundante: o fato de os homens mesmos produzirem sua própria existência (sem ser pela cruz da igreja ou pela espada dos príncipes) de uma forma muito singular (AUED, 1999). Em primeiro lugar, essa forma impõe a impossibilidade de voltarmos às sociedades pré-capitalistas comparativamente às sociedades anteriores, nas quais isso podia acontecer. Por quê? Porque nessa forma todos os meios de produzir os meios de produção, inclusive a terra, são transformados em propriedade privada, a qual transforma as coisas em capital constante. Em segundo lugar, essa forma impõe que os meios de produzir a vida só podem ser operados em comum e não mais individualmente. É, por exemplo, o caso da eletricidade na atualidade, que é produzida em grandes unidades industriais (hidrelétricas, termelétricas, reatores atômicos, etc.), as quais só podem ser operadas em comum (coletivamente), não obstante sua propriedade ser privada. Trata-se da materialização do *ser social*, ainda que sob os auspícios do capital.

A conclusão desse raciocínio é que o capitalismo vai engendrando a vida coletivamente, e que a vida em comum tem por fundamento os meios que produzem os homens. Perquirindo, portanto, no *velho* a *possibilidade do novo*, isto é, que a transformação (*aufhebung*¹⁴) da sociedade se faz através de uma nova forma social de produção (transitória) que emerge, no presente, do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho no (e pelo) modo de produção capitalista, nos propusemos a responder qual seria essa forma.

¹⁴ Termo da filosofia de Hegel que significa suprassunção, ultrapassagem com conservação, superação dialética.

Partimos das formulações de Marx¹⁵, em especial de seu tratamento à ciência observado em *O Capital* e nos *Grundrisse* e, das novas concepções da física quântica, da relatividade e das descobertas da manipulação (de conjuntos e individuais) de átomos. As formulações de Marx contidas em *O Capital* nos auxiliaram na compreensão das transformações históricas decorrentes da forma de os homens produzirem sua existência na sociedade burguesa. Ao mesmo tempo, nos auxiliaram também as questões econômicas encaradas nos *Grundrisse*, que se referem mais diretamente ao problema da derrocada capitalista. Outrossim, adotamos como ponto de partida os avanços propiciados pela nanociência e dos avanços da ciência do final do século XIX.

Ao mesmo tempo, entendemos que as formulações Fausto e Prado sobre a grande pós-indústria sejam uma pista para se estudar a nova etapa do capitalismo, bem como as formulações de Michael Hardt e Antonio Negri, para definirem o momento atual como sendo dado pelo *trabalho imaterial*.

Inferimos assim, com base nas leituras efetivadas e a partir da decomposição das forças produtivas atuais (consubstanciadas na nanociência), que a grande indústria no século XIX - em determinado nível histórico - ao se desenvolver - necessariamente mediante a aplicação tecnológica da ciência - engendrou o próprio elemento de sua superação: o laboratório, o que inicialmente era uma parte anexa à grande indústria moderna (CAMPANA, 2006). Foi o espraiamento e o desenvolvimento dessa grande indústria - condição necessária para que os homens reproduzissem sua vida - que produziu sua própria condição de “fazer-se mediante a aplicação tecnológica da ciência”. Entretanto, a decomposição dos elementos da máquina e os “fenômenos” suscitados pela grande indústria (e “amparados” pelo laboratório), entraram em contradição com os conhecimentos clássicos newtonianos que a engendraram (CAMPANA, 2006).

Assim, “surgiu” o *sistema de laboratório* (CAMPANA, 2006), processo que não se adapta nem à decomposição histórica trabalho (manufatura) nem à dos instrumentos de produção (grande indústria moderna), mas à necessidade de (re)composição dos elementos mais simples da matéria a partir da *decomposição do objeto sobre o qual se trabalha*. Esse *sistema* se mostra como determinado nível do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho que está completamente emancipado dos limites impostos pelo processo da grande indústria, na medida em que proporciona a transformação do objeto “pelo seu interior”, a partir de sua “constituição interna”, com a compreensão da composição atômica/molecular do objeto. Entenda-se que o salto qualitativo da grande indústria em relação à manufatura é o aprimoramento da velocidade, resistência e destreza das ferramentas - o que condiciona a modificação “exterior” do objeto, sem a compreensão de suas propriedades atômicas - representando a emancipação da produção em relação aos limites impostos pela manufatura (baseada uso da força e destreza das mãos humanas) e cujo resultado é a “expulsão” do homem “do processo produtivo direto” (isto é, como intermediário fundante entre ferramenta e objeto) para sua conversão em “apêndice da máquina”. Mas em se tratando do *sistema de laboratório* o fundante, é a compreensão do objeto o que suscita a produção de aparelhos, microscópios altamente especializados em uma escala “artesanal”, cuja função e uso são determinados pela natureza do conhecimento que incorpora.

¹⁵ Temos por pressuposto o entendimento dessa questão central a partir de três “frentes” da obra marxiana. A primeira, partindo do Editorial 174 da *Gazeta Renana*, da *Crítica à filosofia de Hegel* e da *Sagrada família*, explica os elementos que nos são cruciais para uma *crítica marxista*. A segunda frente, partindo do *Manifesto Comunista*, da *Ideologia Alemã* e da *Miséria da Filosofia*, desenvolve os elementos de ruptura para com o modo de produção capitalista. Finalmente, a terceira aprofunda essa formulação a partir do *Discurso de Elberfeld* e da *Crítica ao Programa de Gotha*.

Assim, por um lado, a ciência como *trabalho passado* (manifestado, por exemplo, em todos os aparelhos laboratoriais e microscópios atômicos) afirma-se como critério dominante e pelo qual os homens produzem sua existência, visto que é a objetivação/cristalização do conhecimento. Nesse sentido, o trabalho passado se impõe ao trabalho vivo, de modo que a produção material não somente deixa de ser medida em termos do tempo de trabalho vivo (fato este que já fora colocado pela grande indústria moderna), mas agora passa a ter como fundamento a transformação do objeto a partir da compreensão dos elementos mais simples constitutivos à matéria. Por outro lado, a esta ciência como trabalho passado (como síntese do *general intellect*) está o *homem pensante*, que é teleologicamente construído pelo processo produtivo (CAMPANA, 2006), mas cujo *trabalho*, estando separado de todo o aparato de capital fixo, perde sua singularidade. A rigor, em termos da transformação material imediata que se opera e do papel humano direto nela, não se poderia tratar esse trabalho do homem pensante como “trabalho vivo” (visto não haver dependência da produção em relação ao tempo de trabalho), mas também nem como um “trabalho de apêndice” (visto a não-reprodução de uma situação similar à grande indústria).

Evidencia-se, conforme Campana (2006), no *sistema de laboratório* uma nova relação das categorias de capital fixo e circulante, que expressa o grau de negação do capital e o grau de trabalho passado, respectivamente. Desvela-se, também, que “não há” (ou que “não se trata da”) *produção* de mais-valia, mas que há (ou se trata da) *apropriação* da mais-valia social gratuitamente, sem nada se dar em contrapartida (donde a luta sobre direitos de patentes e propriedade intelectual). Ocorre que o resultado e o ponto de partida do *sistema de laboratório* são o conhecimento social, o *general intellect*, orientado diretamente e no aspecto material não à *produção de valores de uso imediatos* nem à *produção de valores necessários à reprodução imediata do capital*, mas à produção de meios que daí sim servirão para se produzir mais-valia. O conhecimento que ali é produzido não se funda sobre o *tempo de trabalho*, pois a natureza do *processo de produção desse conhecer*, em que o homem domina as leis da natureza decompondo a estrutura atômica/molecular da *matéria*, depende de *um tempo de produção* que “explode” o *tempo do processo de trabalho* (CAMPANA, 2006).

Nesse espaço, o intercâmbio entre os homens explicita aquilo que a essência capitalista é: apropriação gratuita de *quantum* do mais-trabalho socialmente produzido (sendo que esse se faz via *general intellect*) e trabalho forçado individualmente (o trabalhador - o professor-pesquisador - do *sistema de laboratório* bem sente o capital lhe “forçando o trabalho”, tentando impor o ritmo do *tempo de trabalho* ao *tempo de produção*). Não é por acaso que esse trabalho de homem pensante se mostra não somente como degradante das condições de saúde física e psíquica, como evidencia que o que ele produz (em termos de avanço do conhecimento científico universal) está muito além do que aquilo que ele recebe como equivalente dos meios de subsistência necessários à sua reprodução (se salário).

Evidencia-se, portanto, que, ao produzirem suas vidas no (e pelo) modo de produção capitalista, os homens se exteriorizam, se objetivam, e das forças produtivas se separam eliminando-se como força produtiva imediata. Eis a contradição que enceta o processo no qual buscamos os elementos de supressão desse modo de produção: enquanto que o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho regurgita homens, o capital quer homens, e estes necessitam reproduzir suas vidas.

Conclusão

Muitos são os tratamentos marxianos para o entendimento das características da nova força/relação produtiva social. No entanto, optamos por apresentar três, apresentando um recorte pela transição de um paradigma/modo de produção a outro e pela transformação qualitativa da relação capital-trabalho.

Nesse sentido, tendo em mente tal recorte, não quisemos demarcar os diferentes prismas fornecidos por esses autores, mas ressaltar em que medida há confluência destas interpretações em relação à formulação que vimos desenvolvendo e vice-versa. Quanto ao objetivo de se verificarem confluências entre diferentes formulações, ainda que distintas, constatamos que a busca por explicar a transição capitalismo-comunismo de dentro do próprio capital (como relação social) e pela transformação qualitativa da relação capital-trabalho, evidencia avanços e limites.

Constatamos que as distintas caracterizações/qualificações da nova força/relação produtiva social apontam que relação capitalista se expressa predominantemente sob uma forma intelectualizada. Hardt e Negri a denominam “trabalho imaterial”, tendo em vista o crescimento da importância do trabalho que produz serviços. Para Prado e Fausto se trata da subsunção formal-intelectual do trabalho ao capital, considerando o surgimento de uma terceira forma de produção configurada “pós-grande indústria”. Já Aued e Campana enfatizam o *general intellect* - expressão de Marx - a partir do “sistema de laboratório”, que seria a “ciência sob seus próprios pés”, relação contraditória de os homens produzirem sua existência.

No tocante à transição, Hardt e Negri compreendem o processo de formação de paradigmas (um ensejado pelo momento de crise e outro pelo de onicrise/corrupção) a partir da relação do próprio capital entre limites e barreiras. Contudo, sua caracterização da transformação do trabalho na produção capitalista por diferentes épocas (trabalho que produz produtos naturais, trabalho que produz produtos industriais e trabalho que produz serviços) e sua conceituação de trabalho imaterial (vinculado ao trabalho que possui bens e utilidades relacionados ao setor de serviços) não seriam suficientes - conforme Prado - para clarear a fase atual do capitalismo, uma vez que sua conceituação de trabalho abstrato não seria a mesma contida em *O Capital*. Para Hardt e Negri, trabalho humano abstrato tem como qualidade o gasto de energia/força humana, ou seja, é o trabalho em geral, o gênero de muitos trabalhos concretos, ao passo que para Marx - segundo Prado - o trabalho humano abstrato existe em função de trabalhos humanos que se encontram objetivamente comensurados entre si no processo social. Inclusive, a maneira de Hardt e Negri compreenderem a transição capitalismo-comunismo, por meio de “paradigmas,” estaria enviesada, principalmente por rejeitar o trabalho como categoria chave e a teoria do valor. Apesar das críticas a Hardt e Negri, enfatizamos a necessidade de se considerar o contexto a partir do qual esses autores - principalmente Negri - desenvolveram suas formulações, isto é, a trajetória de luta e transformação do movimento operário italiano diante do regime de acumulação flexível. Sem essa compreensão, toda a crítica - ainda que lógica - pode parecer a-histórica, na medida em que só se atém às idéias dos homens, se são corretas ou não. Além disso, uma análise suficiente do conceito de trabalho imaterial requereria também sua contextualização na discussão em outros autores, como Corsani (2003) e Moulrier-Boutang (2003), do que tem sido denominado de “capitalismo cognitivo”¹⁶

¹⁶ Para Cocco, Silva e Galvão (2003), Corsani (2003) e Moulrier-Boutang (2003), tem se efetivado uma mudança estrutural no capitalismo em que o pós-fordismo tem originado o capitalismo cognitivo - em concordância, respectivamente, com a situação de *crise* que tem originado a *onicrise*, conforme Hardt e Negri (2001). E são as novas tecnologias de informação e comunicação que têm transformado radicalmente as formas de produção, acumulação, consumo, circulação, inovação e organização social. Convém esclarecer, não obstante, que a hipótese do capitalismo cognitivo só tem sentido no interior de duas especificidades: a do conhecimento e a do sujeito

Já Fausto tem seu fundamento a respeito da transição na complexa relação entre os processos de constituição-decomposição (temporalidade externa de um modo) e corrupção-desenvolvimento (temporalidade interna de um modo). No entanto, a discussão dessa concepção por parte de Prado não se mostra relevante. Para este, o importante é discutir a “história interna” do capitalismo, reforçando a análise de Fausto sobre as formas de subsunção do trabalho ao capital - com destaque a novidade da terceira e atual fase do capitalismo: subsunção formal-intelectual - e a interpretação de que o motor desse processo vem a ser a luta entre capital e trabalho. O diferencial de Fausto, nesse caso, é partir da dinâmica da produção do capital em termos da complexa relação entre *forma* e *matéria*, análise que requer leitura não-trivial, mas revela descobertas importantes acerca da relação entre trabalho vivo e trabalho morto na pós-grande-indústria, o que o leva a concluir que o “processo de trabalho perde completamente seu caráter de processo de trabalho”. Apesar do esforço dessa interpretação para elaborar essa terceira forma com os conceitos análogos ao que Marx utilizou para a primeira (manufatura) e a segunda forma (grande-indústria), permanecem inquietudes com relação ao processo levado a cabo pela ciência, o que buscamos entender em nossas pesquisas.

Isso posto, as formulações de Aued e Campana se pautam por uma análise concreta das relações dialéticas que conformam a chamada “ciência”. Consideramos uma trajetória de constituição e outra de degeneração (nos termos de Fausto), a partir de um “ponto” de explicitação total das características históricas do modo de produção capitalista em termos de universalidade. E o termo que melhor expressa tanto essa “transformação” (entendida como capitalismo-comunismo) como uma “transformação “interna” (manufatura, grande indústria moderna e uma terceira forma) é *aufhebung*. A centralidade da análise é o desenvolvimento contraditório do *ser social* que se expressa como produção dos homens que a um só tempo os transforma, se objetiva voltando-se para eles mesmos (expressando suas relações contraditórias), se afirma como alienada e desalienada, porque assentada no desenvolvimento individual e, ao mesmo tempo, engendradora da vida coletiva.

Artigo recebido em 18/06/2009 e aprovado em 24/07/2009.

Referências

AUED, Idaletto Malvezzi. *Alienação, divisão do trabalho e manufatura em Karl Marx: ou de como libertar o trabalhador do trabalho*. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Unesp, dez-2004. (Tese de Pós-Doutorado) (Texto Inédito).

_____. Dois dedos de prosa sobre *O Capital*. In: *Revista Geosul*, Depto. de Geociências, CFH, UFSC. Florianópolis, v.17. n.34. jul-dez. 2002.

(coletivo) que o produz. Por isso, a evolução da relação homem/máquina envolve e determina formas de as cooperação.

____ Capital e emancipação humana: o ser social. In: AUED, Bernadete W. (Org.). *Educação para o (des) emprego: ou quando estar liberto da necessidade emprego é um tormento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.109-131.

____ *Estratégia e contradições na construção da URSS: socialismo de menos, capitalismo de mais (1917-1929)*. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996.

CAMPANA, Samya. *A emancipação humana a partir da síntese história do desenvolvimento das forças produtivas sociais: o sistema de laboratório*. 2006. 256f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

COCCO, Giuseppe. Introdução. In: LAZZARATO, Maurizio, NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção da subjetividade*. Rio de Janeiro, DPeA, 2001, p.7-23. (Espaços do desenvolvimento).

COCCO, G.; SILVA, G.; GALVÃO, A. P. Introdução: conhecimento, inovação e redes de redes. In: GALVÃO, Alexander P.; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs.). *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.7-14

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander P.; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs.). *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.15-32.

FAUSTO, Ruy. *Marx: lógica e política*. Livro I e II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

____ *Marx: lógica e política*. Livro III. São Paulo: Ed.34, 2002.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Império*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAZZARATTO, Maurizio, NEGRI, Antonio. Trabalho imaterial e subjetividade. In: ____ *Trabalho imaterial: formas de vida e produção da subjetividade*. Rio de Janeiro, DPeA, 2001, p.25-42. (Espaços do desenvolvimento).

MARX, Karl. Apêndice: La crítica moralizante o la moral crítica. In: MARX, Carlos, ENGELS, Federico. *La Sagrada familia o crítica de la crítica crítica*. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1973.

____ *O Capital: o processo global de produção capitalista*. Livro 3, v.6, 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

____ *O Capital: o processo de circulação do capital*. Livro 2, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a.

____ *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. Livro 2. México, Siglo Veintiuno, 1982.

____ *O Capital: o processo global de produção capitalista*. Livro 3, v.3, Tomo 1 (parte primeira) e 2 (parte segunda). São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

____ *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

____ *Elementos Fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. Livro 1, 16ªed. Mexico: Siglo Veintiuno editores, 1989.

____ *A Ideologia Alemã (L.Feuerbach)*. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

____ *O Capital: o processo de produção do capital*. Livro I, v.1 e v.2, 15ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

____ *Manuscrítos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Editorial nº 179 da Gazeta de Colônia. *Sobre a Religião*. Edições 70, Lisboa, 1976.

MOULIER-BOUTANG, Yann. O território e as políticas de controle do trabalho no capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander P.; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs.). *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.33-60.

MUSIL, Robert. *O homem sem qualidades*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

PRADO, Eleutério. Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo - uma crítica a A.Negri e M.Hardt. In: *Revista Crítica Marxista*. n.17, nov.2003. p.109-130.